

Maria Liege Freitas Ferreira

Mestre em História, Profª do Departamento de História e Geografia, da Universidade Federal da Paraíba, Campus de Campina Grande. E-mail: liege@ch.ufpb.br.

Raízes,
Ano XVIII,
Nº 20,
novembro/
99
pp. 33 - 40

Estado Novo e ocupação da Amazônia: uma abordagem geopolítica*

RESUMO

No período entre guerras, no contexto da perda da hegemonia europeia para os EUA, surge a geopolítica, a partir dos estudos de Ratzel, como um ramo do saber preocupado em estudar a primazia ou o fracasso de um país segundo sua posição geográfica. Já na época a Amazônia figura como ponto estratégico nas discussões geopolíticas europeias. No Brasil, o governo varguista ao instaurar a unidade nacional e sabedor da importância da Amazônia nesses debates, trabalha sua valorização congregando-a economicamente ao capitalismo nacional.

Palavras-Chave: Estado Novo; Amazônia; Geopolítica.

ABSTRACT

In the inter-wars period the Amazon figured as a strategic point in the European geopolitical discussions. In Brazil, when the Vargas government established the national unity and knowing the importance of the Amazon on those debates, attempts its valorization congregating it economically to the remaining of the national capitalism.

Key words: Estado Novo; Amazon; Geopolitics.

A produção historiográfica sobre o Estado Novo (1937-45) dentro das novas abordagens metodológicas da História cresceu vertiginosamente nos últimos anos¹. O fascínio período explica-se pela necessidade de uma maior compreensão pelo período, sob ângulos e perspectivas dan-

tes não contemplados. Trata-se agora de estudar o Estado Novo sob a ótica social; é a fala do trabalhador que constitui, enfim, a tônica da grande quantidade e variedade dos trabalhos sobre o período. No entanto, o crescimento de estudos sobre o tema – privilegiando seus aspectos

sociais e inibindo seus aspectos políticos – adjetivado por muitos de seus críticos como limitado em relação aos novos questionamentos que a nova história proporciona, negligenciou aspectos do Estado Novo que esperam por uma discussão dentro dessas novas abordagens. E isso contudo, sem deixar de reconhecer na história política do período a fonte basilar para esses questionamentos.

Este é o caso da ocupação dos chamados ‘espaços vazios’ da Amazônia – o Oeste brasileiro – e sua inserção no projeto geopolítico e de brasilidade, pregados pelo governo varguista. No momento atual, quando a Amazônia, mais uma vez, encontra-se vulnerável face à expansão da guerrilha colombiana e reaparecem os debates para criação de territórios federais na fronteira com esse

* O texto constitui parte da dissertação de mestrado “O Poder de Arregimentação do Estado: a utopia nos seringais amazônicos (1940-45)”, defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Campus de Assis, São Paulo.

¹ FREITAS, Marcos Cezar (org). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998. 476p. O livro é uma coletânea de artigos e bibliografias variadas que apresentam como a pesquisa histórica sobre os temas abordados tem sido conduzida dentro das novas abordagens metodológicas. Especificamente em relação ao Estado Novo, além dos artigos, consta uma vasta bibliografia que apresenta os ‘novos olhares’ sobre o tema.

país. Neste sentido, o presente texto retoma as questões que não são tão novas, mas relevantes, pois a Amazônia, diante de sua posição estratégica na América do Sul sempre, ‘esperou’ por tratamento con- dizente.

A geopolítica amazônica – e sua importância no quadro do Estado Novo – é o que trato neste artigo na tentativa de contribuir para o debate em questão. Além disso, para melhor compreendermos a problemática que lhes apresento, necessário se faz que historiemos o processo de discussão travado na Europa pós Primeira Guerra Mundial (1914-18) acerca do conceito de geopolítica, bem como seus ecos no Brasil.

O período entre guerras é todo marcado por discussões teóricas em torno de palavras como nação, fronteiras, territórios, estado e sociedade. A ressignificação dessas palavras norteará toda a dinâmica dos poderes na configuração mundial. A Europa, mais especificamente a Alemanha, é o centro irradiador desses questionamentos. A perda da hegemonia europeia no mundo para a América propicia toda uma gama de estudos que busca entender ‘as causas’ dessa perda. Os traumas da guerra, a dilaceração do território alemão, a crise no sistema partidário e dos valores, o estado de marginalização no qual boa parte da população se encontrava, os tratados impostos, tudo isso representa res-

sentimentos e um sentimento de humilhação, que é muito bem trabalhado internamente na Europa e representa estratégias que são capitalizadas para o ideal nazista.

Na busca de respostas para o estado de falências, o caso alemão principalmente, os estudos de Ratzel² sobre espaço e posição dos países no globo constituem, fundamentalmente, o eixo dessas discussões. Nascia, assim, a geopolítica, ramo do saber que se dedica a estudar a primazia ou o fracasso de um país segundo sua posição geográfica.

Tratando o Estado como um organismo vivo, Ratzel o considera um espaço de domínio e esta é uma condição fundamental para seu crescimento; ou seja, o domínio do espaço é também força política. Nessa visão, o Estado deve, necessariamente, além da coesão nacional (raça e língua, por exemplo), ser tratado conforme a espiritualidade que o mesmo possui, isto é, o sentimento do povo nesse espaço (cultura) deve ser trabalhado com a mesma atenção que é dedicada à economia. O mesmo para com a cultura, que deve ser uma manifestação unificada do Estado. A localização de um Estado, portanto, asseguraria seu hemisfério de poder; o domínio do espaço (tamanho, forma e fronteira), da posição (localização geográfica e limites) e dos recursos (riquezas naturais)³ dariam condições de vitória a quem detivesse e utilizasse esses

conhecimentos, ou seja, o domínio econômico aliado ao domínio espacial, cultural e o militar.

De todos os estudos realizados sobre geopolítica, os da Escola de Munique foram os que mais controvérsia e repercussão causaram. Repercussão que, todavia, não foi necessariamente homogênea: havia os que a defendiam integralmente, assim como os que a criticavam, principalmente no tocante ao imperialismo agressivo que a mesma defendia. Karl Haushoffer, militar e geógrafo alemão, foi um dos seus fundadores e foi ele quem, partindo das concepções de Ratzel sobre espaço e posição dos países, imprimiu ao conceito de geopolítica a agressividade imperialista.

Serão os preceitos dessa escola que, basicamente, constituirão as estratégias governamentais (políticas, econômicas e sociais) não só da Alemanha, mas de muitos países a partir de então. Segundo Haushoffer, geopolítica:

“É a ciência que trata da dependência dos fatos políticos em relação ao solo [...] A geopolítica aspira a proporcionar as armas para ação política, e os princípios que sirvam de guia na vida política. A geopolítica é a base da atuação política, na luta de vida ou morte dos organismos estatais pelo *Espaço Vital*”.⁴



² RATZEL, F. (1844-1904), teórico alemão cujos estudos defendem que o espaço e a posição dos países no globo lhes traria a supremacia ou sua ruína.

³ BACKHEUSER, E. *Alguns conceitos geográficos e geopolíticos*. in Boletim Geográfico. Rio de Janeiro: IBGE, ano IV, n. 40. jul, 1946. p. 402-9.

⁴ apud MIYAMOTO, S. *Geopolítica e poder no Brasil*. Campinas: Papirus, 1995. p. 22.

Para Haushoffer a ocupação dos espaços vitais constitui condição *sine qua non* para o desenvolvimento e segurança de um país, pois o espaço sem ocupação se torna frágil e vulnerável. Ao defender a ocupação econômica, ele defende também a atuação do Estado em pontos considerados estratégicos para a defesa e segurança nacional; nessa visão, as fronteiras recebem especial atenção. A política aí empreendida deve ser meticulosa, uma vez que as fronteiras são pontes de ligação com outros países e se tornam lugares privilegiados para ações consideradas nocivas aos interesses nacionais. Haushoffer é, portanto, um defensor da ocupação do espaço segundo os interesses materiais e ideológicos do Estado, uma vez que essa ação deve ser, necessariamente, coesa e comandada pelo poder centralizador, de acordo com objetivos de interesses nacionais, nos quais o individual cede lugar ao coletivo, idéias que se aplicam para melhor compreendermos o reerguimento alemão pós Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

Não pretendemos aqui fazer estudos sobre geopolítica e nem sobre a Escola de Munique. A menção à geopolítica, estudada nessa escola, deve-se unicamente, à necessidade de melhor entendermos as ações empreendidas pelo Estado alemão no período entre guerras, o qual teve a geopolítica como uma das fontes basilares para seu reerguimento, assim como uma maior compreensão do Estado brasileiro no período, mais especificamente a partir de

1937, com a instalação do Estado Novo (1937-1945) por Getúlio Vargas.

O projeto do Estado Novo ao atribuir a si a tarefa de instaurar no país uma nova ordem na qual a centralização política e econômica do poder constituem condições essenciais à sua sobrevivência e, portanto, apresentando consonância com os debates travados na Alemanha quanto ao novo papel do Estado, terá também seus defensores geopolíticos. Igualmente inspirados em Ratzel, suas concepções de espaço e poder não se distanciam da européia. Alguns se dedicaram aos estudos geopolíticos interno ao defenderem o autoritarismo e a centralização política como solução administrativa para os problemas brasileiros; outros, a posição geopolítica do Brasil em relação ao exterior, isto é, o papel do Brasil na América do Sul.

Everardo Backheuser e Mário Travassos constituem dois dos representantes máximos do pensamento geopolítico no Brasil. Defensor ardoroso da unidade nacional, Backheuser defendia que o conhecimento geográfico do país e seu mapeamento (topografia e recursos naturais) por seus governantes lhes conferia legitimidade nas decisões tomadas:

“Todo homem de governo, desejoso de possuir a real visão panorâmica dos problemas nacionais, precisa se deter no estudo concreto dos conhecimentos geográficos. [...] qualquer prática geopolítica de caráter fisiopolítico (referente ao domínio) será, via de regra,

função da valorização que se deseja imprimir ao país”.⁵

O Estado Novo, ao impor uma cultura nacional na qual seria expressa a identidade cultural brasileira, negava o princípio da diversidade; os particularismos não seriam permitidos, pois significavam dispersão. E o mais importante: a proposta política do governo não vingaria. As manifestações culturais do Estado Novo deveriam, isso sim, segundo seus idealizadores, expressar a unidade nacional, sem diferenças – os regionalismos representavam a negação de um país pacífico, ordeiro e produtivo. O projeto do Estado Novo deve, portanto, ser entendido também observando-se as vicissitudes pelas quais o mundo passava; ele foi elaborado ideologicamente para capitalizar os acontecimentos e convencer sobre a necessidade de uma nova ordem, com base no Estado forte, no qual a cidadania passa por todo um processo de reelaboração voltada para a ‘obrigação ao país’. O Estado passa a ser, portanto, o organizador e dirigente máximo da sociedade. Nesse contexto, a questão ideológica constitui fator preponderante para a efetivação da ‘nova ordem’, calcada na centralização e subordinação dos diversos segmentos sociais e culturais. Tratava-se na realidade, da instauração de um poder autoritário em todos os seus níveis.

Na nova cultura política, o particular e o local deveriam ser abordados como expressão nacional e o liberalismo, as desigualdades regi-

• • • • •
• ⁵ BACKHEUSER, E. *op cit.* p.22

onais e a diversidade cultural do Brasil constituiriam, segundo o autor, forças que atuavam contra a unidade nacional brasileira.

Para Backheuser a autoridade do Estado não deveria se preocupar com o social na medida em que, sendo o Brasil um país desproporcionalmente habitado, só uma política forte, de cunho centralizador, poderia solucionar esse problema. A valorização do Brasil, interna e externamente, se daria com a exploração, por parte do governo brasileiro, das regiões que não se encontravam ‘congregadas’ à unidade nacional, isto é, regiões que precisavam ser conhecidas e exploradas economicamente. Assim, o conhecimento do espaço e a posição que o Estado ocupa nas confluências territoriais seria o suficiente para resolver os problemas de expansão econômica e assegurar maior coesão territorial.

Os governos anteriores a Getúlio desconheciam os espaços naturais e suas riquezas, principalmente as regiões amazônicas inexploradas. A intervenção do governo Vargas nos territórios amazônicos derivava do regime forte e centralizador que visava integrar economicamente o Brasil estabelecendo uma unidade nacional, mas priorizando os interesses do Estado acima dos interesses dos cidadãos, pois não se considerava o indivíduo isolado, mas sim enquanto representante do coletivo, do ‘bem nacional’.

Os intelectuais da geopolítica varguista defendiam uma posição su-

perior para o Brasil baseando-se na exuberância dos seus recursos hídricos e geográficos:

“sob nossa bandeira estão os aspectos geográficos mais decisivos de massa continental sul-americanos(a), temos a posse da maior parte da bacia amazônica e com ela o controle de todas as suas possibilidades viatórias, inclusive sobre os transportes que venham de outra vertente continental”.⁶

Como percebemos, há uma preocupação básica em relação à valorização do Brasil via Amazônia brasileira, incrementando a ação estatal no sentido de explorar economicamente a região, através de suas matérias-primas, assim como sua estratégia dentro do contexto mundial. A Amazônia brasileira era defendida como elemento dinamizador da continentalidade sul-americana, sob a alegação de que sua posição era privilegiada na América do Sul. Possuidora de imensa bacia fluvial, seu controle neutralizaria as possíveis supremacias de outros países sul-americanos frente ao Brasil. Segundo Miyamoto, Mário Travassos, intelectual da geopolítica brasileira varguista, defendia que o conhecimento topográfico da Amazônia pelo governo brasileiro constituía condição essencial para a projeção do país no cenário internacional. Portanto, o domínio do território e seus recursos constitui condição

essencial para a conquista e manutenção dos “objetivos nacionais”.

Em 1942, na Reunião dos Chanceleres dos países sul-americanos, discutia-se sobre as terras na bacia amazônica. Este evento foi programado por Getúlio Vargas e mostrava bem as preocupações geopolíticas do governante brasileiro diante do que se discutia na Europa, face à cobiça despertada pela importância estratégica do continente. A luta de Getúlio pela união dos países que compunham a bacia amazônica se expressou nesse evento, cujos objetivos, além de econômicos, foram claramente estratégicos.

“[...] Os assuntos a tratar parecem-me da maior importância: intercâmbio comercial, navegação, transportes, tarifas aduaneiras e outros [...] Não devemos cogitar, apenas, de prevenir atritos possíveis, mas, principalmente, de fortalecer os motivos, que nos sobram, para nos unirmos e formarmos uma verdadeira comunidade econômica. [...] assim procedendo, aumentaremos as nossas reservas de defesa e a nossa capacidade para resistir a qualquer tentativa de absorção. [...] cumpre-nos consolidar obra de solidariedade começada com iniciativas como essas que não visam hostilizar ninguém e só concorrer para desenvolver entre as nações americanas, o espírito de mútua confiança e a convicção da necessidade de nos prepararmos para enfrentar quaisquer eventualidades.”⁷



⁶ Travassos *apud* MIYAMOTO. *op cit.* p. 63.

⁷ CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES AMAZÔNICAS. *in* VARGAS, Getúlio. A Nova Política do Brasil. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1940. v. VII. p. 89.

Outro ponto, não menos importante, que constituía preocupação do estadista brasileiro provinha dos debates traçados na Europa quanto à questão demográfica mundial e sua distribuição pela Terra. Debates que criticavam os grandes espaços vazios e sua inoperância governamental, em oposição a outros nos quais a superpopulação já se constatava em caráter extremo. O Brasil, especialmente a Amazônia, fazia parte desse debate; possuidor de enormes espaços vazios, sem uma ocupação planejada e um potencial energético indiscutível, seria incluído como receptor da população mundial das zonas superpovoadas. REIS, tratando do assunto, alerta para o trabalho do sociólogo e demógrafo indiano S. Chandrasekhar que afirma em seu trabalho:

“Em face desta situação geral, parece quase criminoso manterem certas terras de pouca população não utilizadas por motivos políticos, raciais ou imperialistas. [...] Em um mundo desesperadamente superpovoadado, a idéia da América hispânica conjura, ante nós outros, a recordação do vasto vale do Amazonas, uma região virtualmente despovoada, quase tão grande como os Estados Unidos”.⁸

O plano de colonização, iniciado na região através das colônias militares agrícolas e de fronteira (1939) e agrícolas (1941), não apresentava subsídios concretos para fixar definitivamente esse colono à

terra, apesar de toda uma legislação criada para esse fim.

Diante dos debates travados na Europa e sabedor da importância estratégica que o Brasil desempenhava para as potências de então – Alemanha e Estados Unidos, Getúlio articula uma nova política para a Amazônia. Seu estudo recomendava o conhecimento das possibilidades de sua colonização, agora sob novas bases de assentamento. Assim, todo planejamento estatal é feito com base nos recursos disponíveis para a área que se pretendia produtiva. O estudo buscava levantar questões como: que recursos existiam e qual sua tipologia, como utilizá-los, quais problemas apareceriam quando de sua utilização, tipo de mão-de-obra e estrutura organizativa.

Os autores, até aqui citados atentam em seus textos para todo o arcabouço que a exploração da Amazônia exigia (e continua exigindo até hoje), daí o chamamento para o conhecimento topográfico da região; além disso, eles salientam o poder que a Amazônia representa para o Brasil; seus recursos naturais, segundo eles, se bem explorados, proporcionariam ao Brasil o triunfo definitivo na constelação sul-americana, além de passar a ser visto com olhos bem diferentes pelo resto do mundo ao se ‘projetar’ como o ‘porta-voz’ da América do Sul. A exploração da Amazônia, com suas grandes extensões sem uma ocupação efetiva e com seus recursos sem uma exploração adequada, constituía um objetivo que o Estado Novo deveria atingir.

O projeto de reordenação do Estado brasileiro, como o próprio termo diz, deveria atingir todo o território nacional, não havendo mais diferenças entre o litoral desenvolvido e o interior atrasado.

No novo estado, não haveria dispersão patriótica e levar-se-ia às regiões esquecidas o Estado que se criaria: o desenvolvimento dos grandes centros urbanos às populações interioranas, tirando-as do atraso a que até então estiveram condenadas; em outras palavras, o interior estaria não mais isolado, esquecido, mas agora como parte do projeto desse Brasil que busca e ampara seus filhos onde quer que estejam. Essa valorização da Amazônia, contudo, deve ser entendida através das contradições do sistema capitalista. Uma de suas leis é a existência de centros de inovação: as demais áreas, denominadas de periféricas, constituem o suporte para o funcionamento desse centro.

As regiões periféricas, nesse contexto, até então esquecidas mas que apresentam grande valor econômico, são então lembradas. Seus recursos naturais e seu território e recursos naturais passam, então, a ser áreas de interesse de segurança nacional, além de continuarem consumidoras. Assim, podemos dizer que, quando isso acontece, as regiões deprimidas cuja distância dos centros produtores lhes confere sua interioridade, passam a constituir pontos estratégicos para a ação estatal: são regiões que apresentam importância pela capacidade de ab-

• • • • •
 • ⁸ REIS, A. C. F. *A Amazônia e a integridade do Brasil*. Manaus: Governo Estado Amazonas, 1966.
 • p. 89.

sorção capitalista nelas empreendida. SOUZA se refere a Normano, que explica o papel de regiões interiores classificadas como sertão:

“A importância do sertão reside no seu poder de consumo. O ajustamento do sertão à economia monetária é a condição preliminar para a criação de um vasto mercado nacional. A economia monetária exige a organização de transporte barato; sem ele o sertanejo não tem comunicação com os mercados e continua a levar uma vida de bastar-se a si mesmo”.⁹

A nova política do governo pretendia transformar em exploração fixa a exploração nômade realizada na Amazônia. O objetivo era o desenvolvimento do ‘deserto’, fornecendo estímulos aos refugiados das secas, aos marginalizados nas áreas urbanas do Sudeste e aos trabalhadores da própria região. Através de um programa político voltado para a fixação do homem à terra, as colônias de fronteiras e as colônias agrícolas visavam, principalmente, criar núcleos de povoamento cuja preocupação básica era a ocupação econômica dos espaços vazios, de regiões pouco desenvolvidas no oeste brasileiro. “O verdadeiro sentido de brasilidade é a Marcha para o Oeste”, afirmou Getúlio Vargas.

A Revolução de 30 é, portanto, o resultado das contradições e conflitos sociais, criados pela República oligárquica nos quais os embates em torno da industrialização/modernização

versus arcaísmo/tradicionalismo nortearão as discussões, provocando tomadas de decisões até então isoladas, como no caso da intelectualidade literária e artística brasileira no período em questão, ao defenderem, desde a Semana de Arte Moderna, em 1922, o espírito crítico de engajamento quanto aos problemas brasileiros, operando uma redescoberta do Brasil. Esses debates foram muito importantes para a proposta industrializante de Vargas, pois ao encontrarem consonância pela modernização brasileira no campo literário e artístico, muito contribuiu aos propósitos do governo na criação do sentido de nacionalidade e de uma identidade cultural própria.

O movimento modernista – ao questionar a falta de conhecimento dos brasileiros sobre sua própria terra e partindo dos embates em torno dos questionamentos sobre industrialização/modernização versus arcaísmo/tradicionalismo, provocando o espírito crítico e engajamento quanto aos problemas brasileiros é cooptado por Getúlio, pois tem coincidência de propósitos, nesse sentido, com o Estado implantado. Assim, a intelectualidade é chamada a participar da consolidação desse Estado ‘reconstrutor’, na criação do sentido de nacionalidade e de uma identidade cultural própria.

O Brasil do interior, distante e sem modernidade e o Brasil do litoral, mesmo sendo o palco dessa

modernidade, necessitava de reorientação política na efetivação dessa modernidade ‘para todos’ e não de “uma parte da população que lhes usufruía das vantagens”, como afirmava Getúlio em discursos, quanto a esse sentido. O discurso pronunciado em 1º de maio de 1941 recorta vários problemas:

“[...] Temos a enfrentar, corajosamente, sérios problemas de melhoria das nossas populações, para que o conforto, a educação e a higiene não sejam privilégio de regiões ou de zonas. Os benefícios que conquistastes devem ser ampliados aos operários rurais, aos que, insulados nos sertões, vivem distantes das vantagens da civilização. Não é possível mantermos a anomalia tão perigosa como a de existirem camponeses sem gleba própria, num país onde os vales férteis como a Amazônia, permanecem incultos e despovoados de rebanhos, extensas pastagens, como as de Goiás (sic) e Mato Grosso. É necessário à riqueza pública que o nível de prosperidade da população rural aumente para absorver a crescente produção industrial; é imprescindível elevar a capacidade aquisitiva de todos os brasileiros – o que pode ser feito aumentando-se o rendimento de trabalho agrícola”.¹⁰

O interior como consumidor, é agora a meta de Vargas: o sertão como resgate do bandeirantismo de Cassiano Ricardo, na redefinição do espaço brasileiro já iniciado por Rondon no começo do século. É a



⁹ SOUZA, C. V. A *Pátria Geográfica*: sertão e litoral no pensamento social brasileiro. Goiânia: UFG, 1997. p. 145.

¹⁰ VARGAS. 1941 *op cit.* v. VIII. p. 261.

gente do sertão com direito de consumo até então dominantes unicamente no litoral, retirando-os do primitivismo em que se encontrava e sentindo-se chamada a participar da unidade nacional que se construía. Para isso, fazia-se necessário, então, dotar essas regiões de estrutura estatal definitiva, uma vez que as colônias militares de fronteira não conseguiram seus objetivos, como já foi anteriormente esclarecido.

Os objetivos do Estado quanto à Amazônia, porém, encontravam algumas dificuldades diante da resistência indígena; necessário se fazia, então civilizar os índios e moldá-los para a empresa que se instalava, pois suas resistências atrapalhavam todo o processo ‘civilizatório’ que se instalava. Resistência minada que se expressa na instalação de postos colonizadores estrategicamente situados na região e que, segundo o governo, pacificariam os índios para o convívio com o branco, ou seja, sua inserção no processo civilizatório. Todavia, o que se percebe é que esses postos já trazem em seu bojo a destruição da cultura e vida indígenas.

Mas, para os objetivos traçados para a Amazônia, só uma estrutura efetivamente estatal asseguraria a fixação do colono até então nômade: povoamento e defesa da região, principalmente no momento especial, quando o mundo passava que

era a Segunda Guerra. Assim, são criados os territórios federais que já vinham sendo recomendados por geógrafos e geopolíticos que se dedicavam aos estudos da posição estratégica do Brasil no contexto sul-americano. O discurso de Getúlio Vargas referindo-se aos territórios não deixa dúvidas nesse sentido:

“Disposmos de vasto território e não ambicionamos um palmo de terra que não seja nossa. Já o afirmei de outra feita e agora repito: não nos impele outro imperialismo que não seja o de crescermos dentro dos nossos limites territoriais para fazer coincidir as fronteiras políticas com as fronteiras econômicas. [...] O escasso povoamento de algumas regiões fronteiriças representa, de longo tempo, motivo de preocupação para os brasileiros. Daí a idéia de transformá-las em Territórios Nacionais, sob a direta administração do Governo Federal. [...] A criação dos territórios fronteiriços nas zonas colidentes e de população esparsa deve ser considerada, por isso, medida elementar de fortalecimento político e econômico. O programa de organização e desenvolvimento desses Territórios resume-se em poucas palavras: sanear, educar, povoar. Eis a finalidade da criação dos Territórios Nacionais.”¹¹

Os Territórios Federais tinham uma legislação específica e sua administração estava a cargo de ho-

mens de inteira confiança do Presidente da República. O projeto do governo era o de alargar as fronteiras agrícolas para Oeste e Norte do Brasil e garantir a ocupação e a segurança nacional. Em fevereiro de 1942, através do Decreto-Lei Nº 4102, era criado o Território Federal de Fernando de Noronha¹² e, em setembro de 1943, através do Decreto-Lei Nº 5812, eram criados os Territórios Federais do Amapá, Rio Branco, Guaporé, Ponta Porã e do Iguassú.¹³

O Decreto-Lei Nº 5839 de 21/09/43 discorria sobre a administração dos territórios federais e assim determinava em seu Artigo 3º: “*Cada Território será administrado por um Governador, brasileiro nato, maior de 25 anos, de livre nomeação e demissão do Presidente da República*”. Quanto às competências do governador do território, além de todo o poder que o cargo lhe delegava, o Artigo 4º, alínea 8º, dizia que era “*de sua competência também nomear e demitir os prefeitos dos Municípios*”; e em seu Parágrafo Único, dizia: “*O Governador comunicar-se-á diretamente com os Ministros de Estado e outras autoridades sobre os assuntos referentes ao Território*”.¹⁴

O grau de poderes conferidos aos governadores dos Territórios Federais representa o ápice da obra centralizadora de Getúlio com a Amazônia, assim como quanto à questão geopolítica que envolve a região. As

• • • • •
• ¹¹ VARGAS. 1944. *op cit.* v. X. p. 269-71.

• ¹² Governo do Estado de Rondônia. Coleção das Leis de Rondônia. Porto Velho: 1991. p. 66.

• ¹³ *Ibid.*, p. 67-69

• ¹⁴ *Ibid.*, p. 67-69.

situações da guerra seriam utilizadas nos discursos para a criação dos territórios federais e contabilizar credibilidade nas justificativas de suas finalidades.

Numa região isolada pelas distâncias dos grandes centros, carente da oferta de bens e serviços, assim como desprovida de material humano qualificado, os governadores dos territórios federais representavam a ordem e a lei, ao qual todos estavam submetidos e dependiam de sua anuência para permanecerem, ou não, em seus cargos, segundo a fidelidade à sua pessoa. O feixe de relações de dependência e compadrio estabelecido assegura o atrelamento político; o que, por sua vez, assegura na população amazônica a figura de Getúlio como aquele que realmente engajaria a Amazônia ao restante do país.

Sanear, educar e povoar, eis as finalidades do Estado varguista na Amazônia; explorar os recursos naturais de que dispunha a região, inserindo-a definitivamente no contexto industrial nacional (do qual a região Sudeste é detentora) como consumidora de seus produtos; pontuando a capacidade produtiva da região perante as determinações do poder industrial e adequando-a à racionalidade do capital industrial. Em fim, o Estado como mentor da civilidade chega ao interior, anulando o feixe de relações sociais que a região apresentava.

A inserção da Amazônia como ‘corpo brasileiro’ ainda não aconteceu; sua economia continua tendo como base o extrativismo, mesmo

com os impulsos industriais advindos da instalação da Zona Franca de Manaus, os projetos de assentamentos – implantados desde a década de 70 com o estabelecimento da ‘nova’ fronteira agrícola e a criação do corredor de exportação Madeira-Amazonas para escoamento, principalmente de soja, para os mercados asiático e europeu. A mais recente busca dessa ‘inserção’ foi apresentada ao Congresso Nacional sob forma de projeto, para a criação de três territórios federais no Estado do Amazonas,¹⁵ que fariam fronteira com a Colômbia. Segundo a proposta, a criação desses territórios resolveria não só os problemas de dispersão das populações, mas também garantiria a defesa das fronteiras amazônicas.

A reunião dos presidentes dos países da América do Sul, ocorrida pela primeira vez no Brasil (agosto/2000) para discutir questões que os envolvem, contou também como ponto de discussão a questão da vulnerabilidade amazônica brasileira frente a seus países limítrofes, principalmente quanto aos rumos que toma a guerrilha colombiana.

A representação geopolítica da Amazônia continua em pauta e os últimos acontecimentos e discussões têm demonstrado isso. O grande problema que se coloca é o tipo de tratamento a ser dado aos povos da floresta (índios e ribeirinhos) nessas discussões enquanto corpo celular, isto é, nativos cujas origens e histórias de vida encontram-se imbricadas na dinâmica da região amazônica. Pelo que se apresenta as perspectivas não cons-

tituem nenhum alento; as promessas hoje feitas não constituem inovações, como busquei apresentar ao longo do texto.

A falta de saneamento básico e as dificuldades no atendimento de assistência médica (baixo índice de postos de saúde e médicos) permitem manter presentes em índices elevados doenças como a malária e a febre amarela, aliados ainda, a enormes distâncias a serem percorridas, principalmente pela falta de uma estrutura rodoviária complementar à rede hidroviária. Esta continua sendo a realidade da Amazônia brasileira. O interior não mais isolado, esquecido, mas com direito às conquistas das populações dos grandes centros, prometidas pelo presidente Getúlio Vargas não se efetivaram. O mesmo discurso é hoje utilizado sob novas roupagens e o corpo celular da Amazônia continua esquecido.



• ¹⁵ Requerimento Nº 00042/1999, apresentado pelo senador Mozarildo Cavalcante do PFL-Rr.